



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



**PARECER PARA PRIMEIRO TURNO DE DISCUSSÃO**  
**SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 14, DE 2023**

Acrescenta parágrafo único ao art. 29, da Lei Complementar n.º 19, de 3 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal de Indianópolis, e dá outras providências.

**Autor:** Prefeito Municipal

**Relator:** Vereador MARCOS TÚLIO DA SILVA

**I RELATÓRIO**

Foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), no último dia 7 de agosto, para parecer quanto à constitucionalidade e legalidade, o Projeto de Lei Complementar n.º 14, de 2023, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto é dividido em dois artigos, a saber:

O art. 1º acrescenta parágrafo único ao art. 29, da Lei Complementar n.º 19, de 3 de janeiro de 2007, com a seguinte redação: “Os servidores municipais que desempenham atividades diretamente ligadas à manutenção de estradas rurais farão jus à gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) do piso de vencimentos dos servidores municipais de Indianópolis.”

O art. 2º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

Instruem o projeto a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa criada pelo projeto, documento de fls. 5-7; e a declaração do ordenador de despesas de que a despesa criada tem adequação orçamentária e financeira na Lei Orçamentária de 2023, Lei n.º 2.120, de 13 de outubro de 2022, e é compatível com a Lei n.º 2.102, de 21 de junho de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2023, e com o Plano Plurianual do quadriênio 2022-2025, Lei Municipal n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2011, documento de fl. 8.

No dia 16 de agosto, esta Comissão baixou o referido projeto em diligência para que fosse solicitado ao Prefeito Municipal as seguintes informações, para instruir o exame da matéria:

a) Considerando-se que a gratificação está sendo criada no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal, Lei Complementar n.º 19, de 3 de janeiro de 2007, esclarecer se a vantagem pecuniária será concedida somente aos agentes legalmente investidos em cargos públicos que desempenham atividades ligadas à manutenção de estradas.

b) Explicitar as razões da diferença entre o percentual da gratificação do *caput* do art. 29, da Lei Complementar n.º 19, de 2007, (5% do vencimento base do servidor), e o da gratificação criada pelo projeto (20% do piso de vencimentos dos servidores municipais).



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

c) Informar a atual relação entre o montante da despesa com pessoal, apurado na forma do § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a receita corrente líquida (RCL) do Município.

Essas informações foram enviadas ao Prefeito Municipal por meio do Ofício n.º 103/2023-CM/GP, documento de fl. 12.

As informações requeridas foram encaminhadas pelo Prefeito Municipal, mediante o Ofício n.º 167/2023-GP/PMI, documento de fls. 12-15.

No último dia 22 de setembro, o Prefeito Municipal protocolou nesta Casa Mensagem Aditiva à Mensagem n.º 56, de 2023, pela qual propõe substitutivo ao PLC n.º 14, de 2023.

Esse substitutivo foi autuado como Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei Complementar n.º 14, de 2023.

Vem agora esse substitutivo para parecer conclusivo.

É, síntese, o relatório.

## II FUNDAMENTAÇÃO

A matéria do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei Complementar n.º 14, de 2023, é de competência do Município, conforme previsto no art. 14, *caput* e incisos VI e XIII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 30, *caput* e inciso I, da Constituição Federal.

A iniciativa da proposição é exclusiva do Prefeito Municipal, segundo o disposto no art. 53, *caput* e inciso II, da Lei Orgânica do Município.

Conforme ensina Hely Lopes Meirelles,

[...] ao prefeito, como chefe do Poder Executivo, compete propor à Câmara a organização do quadro de servidores da Prefeitura, ou seja, a criação e extinção de cargos, os vencimentos e vantagens, bem como nomear, promover, movimentar e punir integrantes (**Direito Municipal Brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2021, p. 620).

Deduz-se que o substitutivo sob exame não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º, do art. 62, da Constituição Federal.

Há que pontuar que, ao Prefeito Municipal, é permitido apresentar alterações aos projetos de sua autoria, mediante mensagem aditiva, que terá tramitação idêntica a dos substitutivos ou das emendas, conforme art. 151, do Regimento Interno.

A proposição em estudo se encontra redigida em conformidade com a boa técnica legislativa.

Como ente autônomo, o Município possui competência para organizar sua estrutura administrativa, para execução das atividades e serviços constitucionalmente atribuídos à municipalidade.





**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



De fato, além da autonomia política e financeira, o Município conta com autonomia administrativa, que consiste no poder de organizar sua própria administração sem interferência dos poderes da União ou do Estado-Membro.

Como se vê, pode o Município criar gratificação para os servidores que desempenham atividades diretamente ligadas à manutenção de estradas rurais.

O substitutivo em análise deixa claro que a referida gratificação será devida a todos os que trabalham na manutenção de estradas, mesmo que seja servidor com vínculo temporário.

A estimativa de impacto orçamentário-financeiro, apresentada pelo Prefeito, documento de fl. 5-7, demonstra que o projeto provoca gastos de R\$ 33.273,65 no exercício de 2023; de R\$ 82.436,13 no exercício de 2024; e de R\$ 85.321,30 no ano de 2025.

Ainda de acordo com o documento do Prefeito, o impacto da despesa no Orçamento de 2023 é de apenas 0,033%. Nos dois exercícios subsequentes, o impacto é de 0,087% e 0,080%, respectivamente.

O autor do projeto justifica que esse aumento de despesa com pessoal será compensado com a redução de despesas de outros setores e que, nos exercícios de 2024 e 2025, essa constará da revisão do PPA e da elaboração da LDO e LOA dos referidos exercícios.

Verifica-se que o impacto financeiro provocado pelo projeto é baixo e não irá interferir no cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO e LOA de 2023.

O Prefeito, mediante o ofício de fl. 13, esclarece que a despesa com pessoal do Poder Executivo dos últimos doze meses (julho de 2022 a julho de 2023) representa 40,64% da receita corrente líquida -RCL do mesmo período.

Nota-se que a despesa total com pessoal é inferior a 95% do limite fixado no art. 18, incisos II e III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, o substitutivo não incorre no impedimento do art. 22, parágrafo único, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda a concessão de vantagem quando a despesa total com pessoal exceder 51,3% da RCL.

### III CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei Complementar n.º 14, de 2023.

Sala das Reuniões, 25 de setembro de 2023.

  
MARCOS TÚLIO DA SILVA

Relator

  
JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)

Presidente

  
RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ

Membro